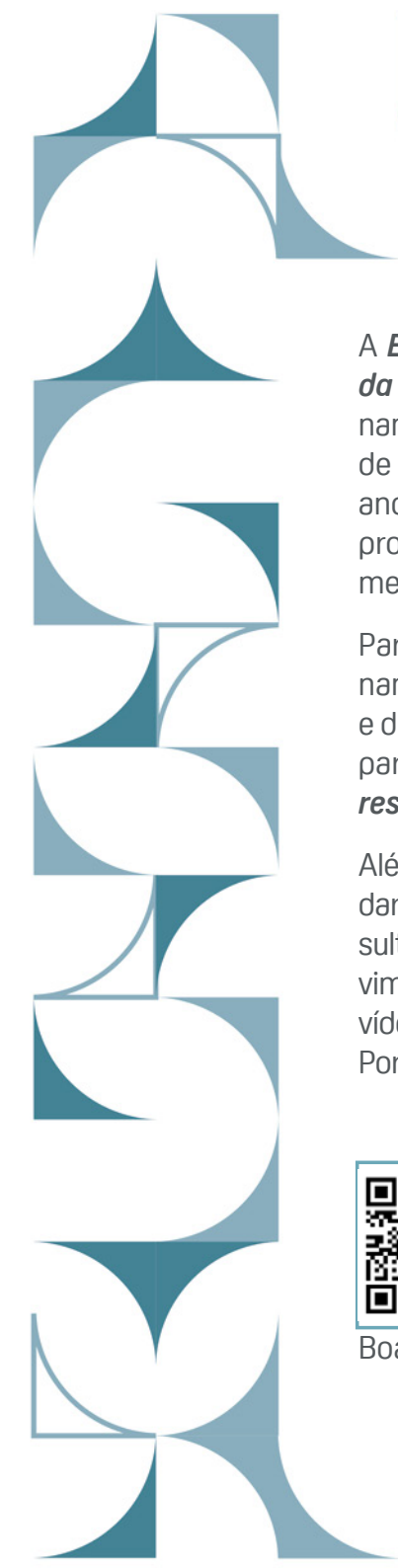


Conheça a ESMPU

Perguntas e Respostas

*Aprimorando saberes,
fortalecendo direitos*



A ***Escola Superior do Ministério Público da União*** completou 25 anos de funcionamento. A instituição atua nas frentes de ensino, pesquisa e extensão e, a cada ano, se consolida como referência na produção e disseminação do conhecimento tanto acadêmico como aplicado.

Para facilitar a compreensão do funcionamento, das estruturas de governança e das principais entregas da ESMPU, preparamos um compilado de ***perguntas e respostas***.

Além deste material, é possível aprofundar o conhecimento sobre a ESMPU, consultando a íntegra do Plano de Desenvolvimento Institucional ou assistindo aos vídeos informativos, disponibilizados no Portal da Escola. Acesse e confira.



Boa leitura!

1

O que é o PDI e por que ele é importante?



PDI significa **Plano de Desenvolvimento Institucional**. É o documento estratégico que orienta as ações da ESMPU pelos próximos cinco anos.

Ele traz um retrato completo do funcionamento administrativo e acadêmico da Escola, desde valores, missão, visão e mapa estratégico até a descrição das instalações físicas.

O PDI define metas/objetivos, prioridades e diretrizes para melhorar o ensino, a pesquisa e a gestão da ESMPU.

Representa, portanto, o compromisso da instituição com a qualidade, a inovação e a formação dos membros e servidores do Ministério Público.

2

Qual a ligação entre o PDI e o processo de credenciamento da Escola pelo MEC?

O PDI é um instrumento estratégico – cuja estrutura é definida por lei – e é exigido de instituições que desejam se credenciar ou credenciar no Ministério da Educação para oferta de cursos de pós-graduação, o caso da ESMPU.

Nas avaliações, busca-se comprovar a coerência entre o que foi previsto no PDI, as ações executadas e os serviços entregues. Por exemplo, se no PDI consta que a ESMPU faz esforços para oferecer e melhorar a acessibilidade, na avaliação para o credenciamento, é preciso mostrar evidências de como isso é feito.

Além do PDI, quais outros instrumentos relacionados ao funcionamento da Escola precisamos conhecer?



O PDI é o documento maior, que traz orientações e diretrizes, e seu principal desdobramento é o [Painel de Contribuição](#), elaborado trimestralmente com informações de monitoramento da estratégia. Ele detalha os principais processos de trabalho, os projetos em andamento, bem como os principais resultados alcançados no período.



A complementação ao PDI se efetiva por meio de [instrumentos](#) como regulamentos, resoluções, políticas e planos institucionais, portarias, instruções normativas ou de serviço e acordos de cooperação.

Alguns exemplos:

- Regulamento das Atividades de Pós-Graduação no âmbito da Escola Superior do Ministério Público da União;
- Regulamento dos Grupos de Pesquisa e das Atividades de Pesquisa Científica;
- Regulamento Acadêmico da Escola Superior do Ministério Público da União;
- Regulamento da Comissão Própria de Avaliação;
- Regulamento do Comitê Científico Consultivo da ESMPU;
- Regulamento da Biblioteca;
- Política de Ética e Integridade;
- Política Editorial das Publicações Técnico-Científicas;
- Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no âmbito da ESMPU.



4

O que são políticas, para que servem e quais existem na ESMPU?

Políticas são orientações com uma abordagem macro que guiam ações em diversas áreas. Na ESMPU, elas estão alinhadas e mencionadas no PDI, como ensino, pesquisa, extensão e gestão. Elas servem para garantir coerência, qualidade e alinhamento das ações com sua missão institucional. Entre as principais políticas, estão:

- Política de Ensino, que orienta a formação de membros e servidores do MPU;
- Política de Pesquisa, voltada à produção científica aplicada à atuação ministerial;
- Política de Extensão, que promove ações inclusivas e socialmente comprometidas;
- Políticas de formação e capacitação docente;
- Política Editorial das Publicações Técnico-Científicas;
- Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca da ESMPU;
- Política de Gestão, que envolve planejamento, integridade e governança institucional como Políticas de formação, capacitação e integração do corpo técnico-administrativo.

5

E sobre a estrutura da ESMPU, quais são as instâncias administrativas e de governança?



A Escola Superior do Ministério Público da União é diretamente vinculada ao/à Procurador/a-Geral da República e rege-se pelo Estatuto, pelo Regimento Interno e pelos demais atos regulamentares. Por ser uma escola, deve observar e aplicar, quando possível, as normas relativas ao Sistema Federal de Ensino.

O Estatuto da ESMPU, aprovado pela Portaria PGR/MPU n. 49, de 19 de março de 2024, no art. 6º, prevê a seguinte [estrutura organizacional](#):

I - Órgãos da Administração Superior:

- a) Conselho Administrativo (Conad); e
- b) Diretoria-Geral (DIRGE).

II - Coordenações de Ensino:

- a) Coordenação de Ensino do Ministério Público Federal (CEN-MPF);
- b) Coordenação de Ensino do Ministério Público do Trabalho (CEN-MPT);
- c) Coordenação de Ensino do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (CEN-MPDFT); e
- d) Coordenação de Ensino do Ministério Público Militar (CEN-MPM).

III - Órgãos colegiados:

- a) Comitê Científico Consultivo (CCIC); e
- b) Comissão Própria de Avaliação (CPA).

IV - Ouvidoria;

V - Estruturas de assessoramento e apoio técnico à Diretoria-Geral:

- a) Gabinete da Diretoria-Geral (GABDIRGE);
- b) Assessoria Jurídica (ASSEJUR);
- c) Assessoria de Gestão Estratégica (AGE);
- d) Secretaria de Ensino, Pesquisa Extensão (SEPE);
- e) Secretaria de Comunicação Social (SECOM);
- f) Secretaria de Administração (SA); e
- g) Secretaria de Tecnologia da Informação (STI).





6

Como as atividades da Escola estão distribuídas?

A ESMPU trabalha em três frentes: Ensino, Pesquisa e Extensão.

- **Ensino:**
 - Cursos de curta duração, também conhecidos como **aperfeiçoamento** (presenciais, híbridos e online).
 - Cursos de **especialização**, que são os cursos de pós-graduação *lato sensu* a distância, com carga-horária de, no mínimo, 360 horas-aula.
- **Pesquisa:** atividade de investigação de problemas teóricos ou práticos, por meio do emprego de métodos científicos, sobre as atribuições e atividades de gestão do Ministério Público da União (MPU).
- **Extensão:** eventos de articulação interinstitucional e com a sociedade, realizados em forma de **seminários e simpósios** (híbridos e online).

Além disso, a Escola edita publicações periódicas e não periódicas e organiza eventos culturais.

7

Há diferença entre os cursos realizados no dia a dia – os de curta duração – e os de pós-graduação?

Sim, há diferenças de objetivos, de carga-horária, nas penalidades nos casos de desistência, entre outras características.

Na pós-graduação, por exemplo, existem algumas exigências, como a necessidade de comprovação de conclusão de curso superior e de apresentação de outras

documentações. Há também restrição de participação, isto é, somente é permitida a quem atua no MPU.

Em cursos de curta duração, o processo de inscrição é simplificado e podem ser reservadas vagas para público externo.

8

Quem pode participar de uma pós-graduação na ESMPU?

Membros e servidores do MPU. Em havendo eventuais sobras de vagas, estas são ofertadas a membros ou servidores dos Ministérios Públicos Estaduais. Isso guarda relação com a missão institucional da ESMPU definida em lei.

9

Como entrar em uma pós-graduação da Escola? As inscrições estão abertas o ano todo? Quantos são os temas para escolher?



Há um processo para a escolha dos cursos que serão ofertados no ciclo seguinte e, quando o curso está pronto para oferta, é aberto e divulgado edital para inscrição de alunos. É importante atentar-se aos prazos e à documentação exigida para participar da seleção. Não é possível participar de mais de uma pós-graduação ao mesmo tempo.

A partir de 2025, deve-se observar o [Regulamento das Atividades de Pós-Graduação da ESMPU](#), que traz as diretrizes e o funcionamento dos cursos.

Esse normativo é reflexo das melhorias implementadas e do aprendizado acumulado em períodos e PDIs anteriores. Além disso, o novo modelo está alinhado ao direcionamento atual da ESMPU.





10

Quem são os professores da pós-graduação da ESMPU? Como são escolhidos? Que tipo de experiência eles precisam ter?

São preferencialmente membros e servidores do MPU. No caso de membros, a previsão consta do art. 8º da Lei n. 9.628/1998, que criou a ESMPU. Além de membros e servidores do MPU, profissionais de outros órgãos públicos e da iniciativa privada também podem integrar o conjunto de professores da ESMPU, tratada pelo MEC como Instituição de Ensino Superior (IES).

Conforme descrito no PDI, são cumpridos três requisitos básicos para a seleção do corpo docente dos cursos de especialização: formação acadêmica sólida em áreas do conhecimento aderentes à disciplina e ao curso; experiência profissional relevante na temática e, de preferência, em gestão pública; e experiência docente e/ou formação pedagógica oferecida pela ESMPU.

Como requisito de titulação, exige-se que pelo menos 70% dos docentes de cada curso sejam mestres ou doutores. Atualmente, mais de 90% dos nossos professores são mestres ou doutores.

11

Como são feitas as avaliações dos alunos dos cursos de pós-graduação da ESMPU?

A avaliação é feita por disciplina. As notas são atribuídas a partir de atividades síncronas, tarefas no ambiente virtual, provas, trabalhos e projetos, variando, conforme o curso e o docente. Quando não alcança a nota exigida, o discente tem direito a uma atividade de recuperação definida no projeto pedagógico do curso. Esse sistema busca garantir acompanhamento contínuo e aprendizado efetivo.

Além das disciplinas, os cursos de pós-graduação da ESMPU exigem a elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em formato de artigo científico. Esse artigo deve ser inédito, abordar temas ligados às demandas do MPU e ter caráter aplicado, ou seja, propor soluções para desafios institucionais. Para concluir o curso, o aluno precisa obter nota mínima 6 no TCC, além de submetê-lo para publicação em uma revista científica Qualis B4 ou superior, comprovando à ESMPU a submissão.

12 O que ocorre com um aluno que é reprovado em um curso de pós-graduação?

Se a reprovação for em uma disciplina, o discente pode pedir equivalência cursando outra disciplina ou atividade similar. Se não fizer o pedido ou for reprovado em mais de uma disciplina, será desligado do curso por desempenho insuficiente. Já a reprovação no TCC impede a conclusão e a certificação. Além disso, em casos de abandono ou desligamento, o aluno pode ter que ressarcir os custos do curso à Administração Pública e fica impedido de participar de novas pós-graduações da Escola por até dois anos.

13 Quais serviços os alunos de pós-graduação podem solicitar à ESMPU?

Suporte técnico, segunda via de certificado de pós-graduação *lato sensu*, atendimento psicopedagógico, acesso a periódicos e obras digitais, elaboração de ficha catalográfica, apoio à pesquisa de conteúdo e reserva de sala de estudos são alguns dos serviços disponibilizados aos alunos de pós-graduação da ESMPU.





14

O conhecimento produzido nas atividades da Escola gera algum tipo de publicação regular?



Sim, a ESMPU publica obras técnico-científicas, individuais ou coletivas.

Como destaque, a Escola disponibiliza dois periódicos, a *Revista da Escola Superior do Ministério Público da União* (RESMPU) e o *Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União* (BC) que, por meio da seção “Estudos do Programa de Pós-Graduação da ESMPU”, difunde os trabalhos desenvolvidos nos cursos *lato sensu*.

15

Quais são os sistemas acadêmicos da ESMPU e para que eles servem?

ESMPU Digital – responsável pelo controle e gestão do Plano de Atividades, avaliação de reação, controle de gastos de atividades acadêmicas, espaço docente, espaço discente e reserva de espaço físico.

Sistema de Informação para o Ensino (SIE) – a ferramenta possui os módulos de registro acadêmico, almoxarifado e patrimônio.

Integra – destinado à realização de inscrição em atividades acadêmicas, à seleção de participantes, à emissão de certificados e à solicitação, cálculo e concessão de diárias e passagens.

Bedel – sistema que controla a frequência de discentes nas atividades acadêmicas.

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – ferramenta de ensino a distância. A plataforma utilizada na Escola é o Moodle.

Biblioteca Digital da ESMPU – sistema que disponibiliza uma plataforma de biblioteca em formato digital acessível de qualquer localidade com internet disponível.

Open Journal System (OJS) – portal que utiliza o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER).

Zoom – ferramenta de videoconferência em nuvem que permite salas de reunião virtuais.

16

O que o PDI fala sobre pesquisa?

O PDI destaca a pesquisa como eixo central da atuação da ESMPU, voltada para a produção de conhecimento aplicado às demandas do Ministério Público e da sociedade. A política de pesquisa prioriza temas ligados a *direitos fundamentais, inovação, diversidade e sustentabilidade*. Também prevê editais para seleção de projetos; incentivo à cooperação científica nacional e internacional; e integração com o ensino e a extensão, reforçando a missão institucional da Escola.

17

Quem pode apresentar um projeto de pesquisa e como é feito o pagamento dos pesquisadores?

As regras constam de edital específico. O mais recente previu grupos de, no máximo, seis integrantes. O líder deve ter vínculo com o MPU e possuir título de doutor. O pagamento é feito por meio de bolsas mensais com duração de 24 meses, cuja base legal é um instrumento chamado *Termo de Outorga*, possível de ser utilizado por ser a ESMPU considerada uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT).





18

Quais ações de responsabilidade social aconteceram na ESMPU nos últimos anos?



Com foco na prestação de serviços à população e na responsabilidade social, a Escola disponibiliza no portal conteúdos educacionais gratuitos, relacionados a diversos eixos temáticos, como *Direitos Humanos*, *Educação*, *Cooperação Internacional* e *Gestão Pública*. O conteúdo está disponível na Plataforma Aprender. O acervo conta com centenas de cursos livres, que podem ser feitos por qualquer pessoa, no horário que melhor lhe convier.

19

Existe diversidade e equidade na ESMPU e nos cursos ofertados?

Sim. O PDI da ESMPU coloca a diversidade e a equidade como valores centrais, integrando gênero, raça, etnia e inclusão em suas diretrizes. A Escola promove projetos como o **ESMPU Plural**, que amplia o acesso às carreiras do MPU de grupos historicamente sub-representados – negros, indígenas, quilombolas, pessoas trans e com deficiência. Além disso, os editais preveem critérios de acessibilidade e incentivo a cursos e eventos sobre diversidade, como atendimento ao público LGBTQIA+, empregabilidade inclusiva, direitos humanos, cultura, meio ambiente e protagonismo feminino.

20

Existem eventos culturais na Escola?

Sim. No primeiro trimestre de 2025, por exemplo, houve o seminário “Ministério Público e promoção da cultura”, que inaugurou a exposição “Raízes – Reflexos da

Natureza” e contou com mediação cultural e visitação guiada dos estudantes do Centro de Ensino Médio n. 1 de Brazlândia (CEM) e do Centro de Ensino Fundamental 1 do Lago Norte (CELAN). No segundo trimestre, foi disponibilizado formulário para fluxo contínuo de envio de propostas para o Espaço cultural e houve nova visita à exposição por estudantes do CEM.

21

A ESMPU promove ciclos regulares de autoavaliação. Como esse processo funciona e qual o papel da Comissão Própria de Avaliação (CPA) nessa atividade?

Avaliar a qualidade tanto dos serviços entregues como dos processos de trabalho está entre os compromissos das escolas de governo. Conforme previsão legal, essa avaliação deve ser conduzida por comissão autônoma, independente e que conte com a participação de pessoas externas à instituição, bem como de representante do corpo técnico da ESMPU. A materialização do trabalho se dá por meio da aplicação de questionário aos diversos públicos como servidores, docentes e discentes.

Geralmente são abordados temas relacionado a:

- Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
- Gestão Institucional;
- Corpo social;
- Desenvolvimento profissional; e
- Infraestrutura.

A CPA atua na coleta, análise e sistematização dos dados, além de propor melhorias com base nos resultados obtidos. A comissão assegura a representatividade da comunidade acadêmica e a transparência do processo avaliativo.





22

O que é feito com os resultados dos relatórios apresentados pela CPA?

A ESMPU, sempre que considera pertinentes e viáveis as observações da CPA, implementa mudanças em processos de trabalho para atender as orientações. Entre as medidas, estão ajustes nas avaliações das atividades pelos discentes e ampliação da divulgação institucional. O relatório referente a 2024, por exemplo, foi objeto de reuniões internas que permitiram ampliar o alinhamento entre as áreas e definir providências para o aperfeiçoamento de alguns processos de trabalho.

23

Qual a diferença entre as avaliações de reação e de impacto aplicadas na ESMPU?

- A **avaliação de reação** mede a satisfação imediata dos participantes com o curso, abordando planejamento, conteúdos, docentes e suporte institucional.
- A **avaliação de impacto** verifica os efeitos do curso após sua conclusão, analisando como o aprendizado contribuiu para o desempenho individual, para a atuação do MPU e para a sociedade.

A primeira observa a percepção do aluno logo após a atividade, enquanto a segunda busca entender os resultados concretos do curso em médio e longo prazos, efetivando um acompanhamento do egresso na sua atividade profissional regular.

24

Como a ESMPU trata o tema “acessibilidade”? Quais ações foram implementadas nos últimos anos?



A ESMPU trata a acessibilidade como um compromisso institucional permanente, expresso em seu **Plano de Garantia de Acessibilidade 2025–2029**, que envolve diferentes dimensões. No aspecto **atitudinal**, promove campanhas de conscientização, formação interna e combate a práticas discriminatórias, por meio da CPEAD. Na **acessibilidade arquitetônica**, garante instalações adaptadas com rampas, elevadores, sinalização tátil e banheiros adequados. No campo **pedagógico**, flexibiliza processos de ensino e avaliação; utiliza tecnologias assistivas; e produz materiais acessíveis. Na dimensão **instrumental**, oferece mobiliário adaptado, computadores com leitores de tela e acervo digital acessível. Já na dimensão **comunicacional e digital**, mantém portal inclusivo, intérpretes de Libras e atendimento multilíngue, quando necessário. Por fim, na vertente **cultural**, assegura acessibilidade em eventos e exposições, integrando inclusão aos valores de responsabilidade social e direitos humanos.

25

Quais ações a ESMPU mantém em relação à sustentabilidade?

A exemplo da acessibilidade, são várias as iniciativas destinadas à sustentabilidade. Aspectos relacionados à construção do prédio, como o aproveitamento da iluminação natural que, associado à existência de placas fotovoltaicas instaladas no telhado, fazem a diferença no consumo elétrico. Há ainda coleta seletiva de resí-





duos com coletores específicos e contratos para destinação adequada, além da observância dos regimentos legais de incentivo a contratações sustentáveis.

O fomento à sustentabilidade também é objeto da atuação finalística da ESMPU. Diversas ações educacionais e de sensibilização são incluídas no Plano de Atividades. Alguns exemplos recentes: “A Participação Social na Política de Mobilidade Urbana”; “Compliance, Gestão de Risco, Governança Corporativa e ESG”; e “Constituição, Meio Ambiente e Sustentabilidade”. O mesmo ocorre em relação às pesquisas: entre os estudos em curso está o “Ministério Público da União Verde: liderando a transformação da gestão sustentável”.

26 De onde vêm os recursos que mantêm o funcionamento da Escola?

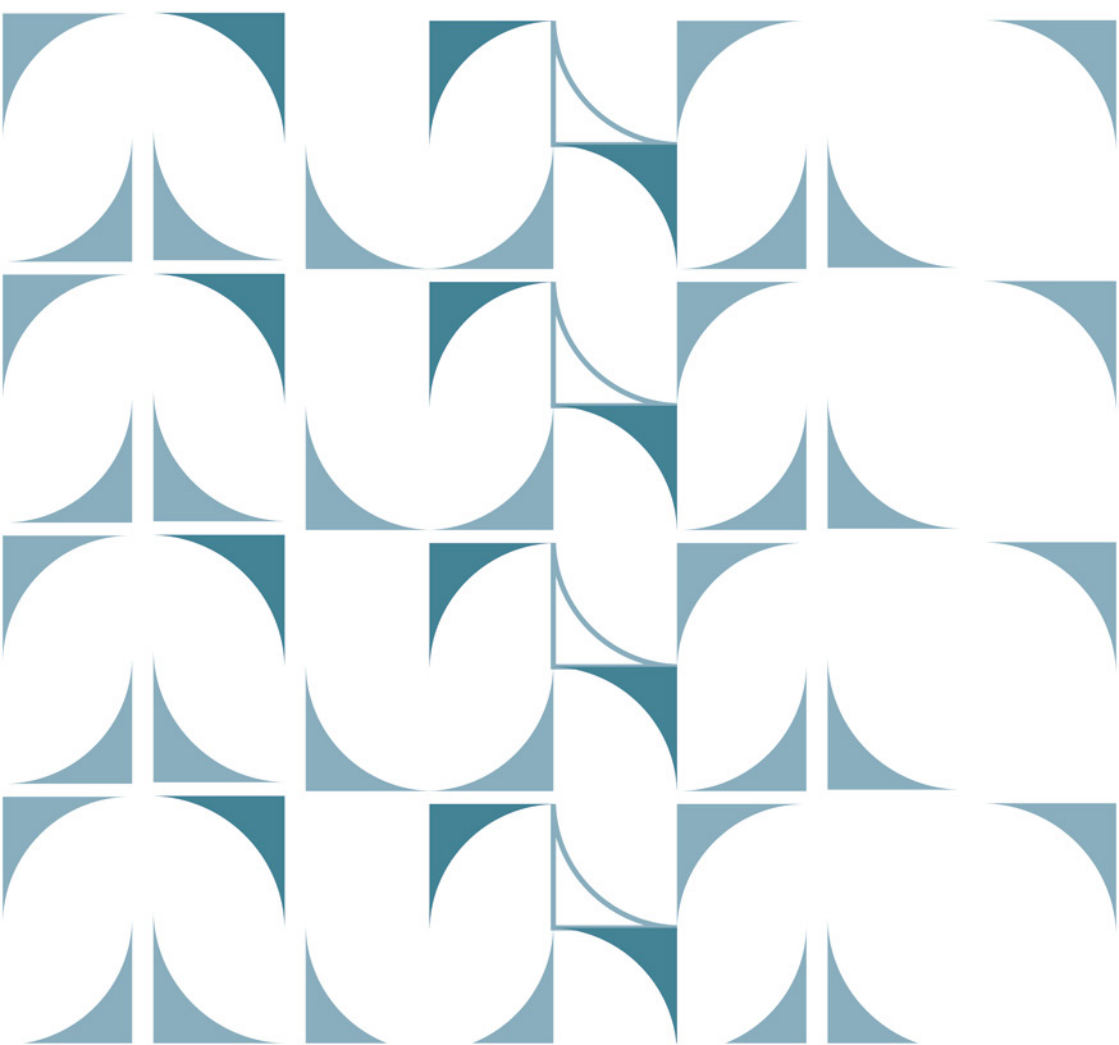
Os recursos vêm do orçamento público, mais especificamente, da parcela reservada ao Ministério Público da União. Como integrante do MPU, a Escola segue o ciclo de elaboração orçamentária definido pelo órgão, sendo apresentada a proposta sempre no exercício anterior à aplicação. O processo de elaboração da proposta inclui a participação de todas as áreas internas, priorizando, sempre que possível, a frente finalística. Todo o processo está em consonância com as diretrizes, os objetivos e os valores estratégicos definidos no PDI, assegurando o alinhamento com a missão institucional e o comprometimento com a qualidade e a eficiência na utilização dos recursos públicos.

Objetivo estratégico (OE)	Alguns exemplos de ações/resultados
OE1 – Atender de forma eficaz as necessidades de aprendizagem dos integrantes do MPU.	Nove cursos de pós-graduação em andamento no primeiro trimestre de 2025, todos com demanda superior à oferta de vagas, comprovando alinhamento às necessidades formativas.
OE2 – Buscar a excelência nos processos de trabalho em pesquisa, ampliando o resultado social.	Cinco pesquisas em curso no segundo semestre de 2025.
OE3 – Propiciar a diversidade de perspectivas e vozes nas atividades de extensão.	No segundo trimestre de 2025, 53,85% das atividades de extensão focaram minorias e grupos vulnerabilizados, superando a meta de 20%.
OE4 – Fortalecer a integração da ESMPU com instituições e eventos acadêmicos internacionais.	Cooperação com a Universidade de Girona (Espanha). A ESMPU abriu as atividades do ano letivo, nos dias 24 e 25 de fevereiro, com o “Seminário Internacional Brasil-Alemanha: Defesa da Democracia e dos Direitos Fundamentais”.

Objetivo estratégico (OE)	Alguns exemplos de ações/resultados
OE5 – Assegurar a eficiência na gestão de recursos materiais.	Monitoramento da execução orçamentária. Providências que representam melhorias em processos de trabalho e, como consequência, geram economia de recursos e uma otimização da força de trabalho. Entre as medidas, destacam-se: a) a criação de Grupo de Trabalho voltado à busca de soluções para a gestão de arquivos (destaque abaixo); b) a oficialização de acordo que permitirá o uso de versões mais atualizadas do Sistema SEI; e c) a elaboração e disseminação do Guia de Uso Ético e Seguro da Inteligência Artificial Generativa.
OE6 – Fortalecer a reputação da ESMPU.	Recredenciamento no MEC em andamento e ações de comunicação que ampliram a visibilidade institucional.
OE7 – Fortalecer a ESMPU enquanto Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT).	Criação de grupo de trabalho para estruturar a atuação da Escola como ICT (Portaria n. 018/2025).
OE8 – Promover o bem-estar integral dos membros, servidores e colaboradores da ESMPU.	Monitoramento de indicadores de absenteísmo.

Objetivo estratégico (OE)	Alguns exemplos de ações/resultados
OE9 – Fortalecer as competências e habilidades dos integrantes da ESMPU para aprimorar o desempenho institucional.	Realização de duas edições da Semana Pedagógica – em fevereiro e em julho/agosto de 2025 – com diversas capacitações direcionadas aos servidores da ESMPU.
OE10 – Consolidar iniciativas que correlacionem o conhecimento adquirido na ESMPU com a prática institucional.	Inclusão no Boletim Científico de seção específica para pesquisas de pós-graduação e projetos aplicados.
OE11 – Fortalecer as publicações periódicas da ESMPU.	Adoção de DOI para artigos publicados, fortalecendo a credibilidade e a difusão científica da Escola.





 x.com/escolampu

 facebook.com/esmpu

 instagram.com/esmpu

 flickr.com/photos/esmpu

 linkedin.com/school/esmpu

 youtube.com/user/escolampu



25 *Años* 